



Os jornalistas e seus direitos em tempos de golpe

4 a 6 de agosto de 2017
Auditório Vladimir Herzog - São Paulo – SP

Caderno de Resoluções



CARTA DE SÃO PAULO

Nós, delegados e delegadas reunidos no 15º Congresso dos Jornalistas de São Paulo, de 4 a 6 de agosto de 2017, ratificamos o posicionamento do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) diante dos ataques à classe trabalhadora impostos pelo governo golpista e ilegítimo de Michel Temer (PMDB), considerando que o Brasil sofreu um golpe judicial, parlamentar e midiático, para implantar um projeto de desmonte do Estado brasileiro e de ataque frontal a conquistas históricas dos trabalhadores.

Já são patentes as desastrosas consequências do golpe para a grande maioria do povo trabalhador brasileiro. O conluio entre o governo ilegítimo e o Congresso Nacional de maioria golpista já produziu a PEC do Teto, que congela os investimentos nos programas sociais, a lei que libera a terceirização sem limites e a “reforma” trabalhista, que precariza de maneira inédita as relações de trabalho no Brasil. Esse retrocesso faz crescer a desigualdade social e joga a economia brasileira em grave recessão.

Jornalistas vindos de todo o Estado de São Paulo para o Congresso, com o tema “Os jornalistas e seus direitos em tempos de golpe”, nos reunimos por três dias no auditório Vladimir Herzog, palco histórico da luta democrática e sindical. Pudemos diagnosticar a crise que atinge boa parte das empresas que hoje monopolizam a comunicação, e que pagam um preço ao virarem as costas ao bom jornalismo, enquanto internamente reduzem equipes, demitem repórteres, ampliam o assédio e a pressão, além de piorarem as condições de trabalho da categoria.

Nós consideramos que os jornalistas são parte da classe trabalhadora brasileira. Somos uma categoria assalariada, que sofre na pele todas as consequências da precarização da profissão: jornadas intermináveis, pouco tempo para o descanso e a vida em família, baixos salários, doenças profissionais. Com apoio do Dieese, discutimos em detalhe cada medida da “reforma” trabalhista sancionada por Temer, e vemos com indignação que, em todos os seus pontos, a lógica é retirar a proteção mínima a quem trabalha, restringir o acesso dos assalariados à Justiça, acabar com a ação coletiva e com os sindicatos e ampliar de forma inédita o poder das empresas para explorar à vontade sua força de trabalho. Na prática, a tal reforma legaliza inúmeras fraudes trabalhistas, sempre em prejuízo dos trabalhadores.

Tampouco podemos aceitar o desmonte da aposentadoria pública em nome de um suposto déficit, enquanto o governo distribui bilhões às empresas na forma da desoneração tributária e faz vistas grossas à sonegação generalizada. Os atuais mandatários nem escondem que a grande motivação do desmonte é a de alavancar o mercado bilionário das aposentadorias privadas.

Consideramos dever de nosso Sindicato se juntar às forças que buscam impedir a atual caminhada para a catástrofe. Nos somamos à CUT e ao movimento sindical para fazer manifestações, preparar uma nova greve geral e dizer **Não! Nenhum Direito a Menos! A**

defesa de nossa categoria – e de toda a classe trabalhadora – exige a revogação da “Reforma” Trabalhista, barrar a Reforma da Previdência, bem como o fim do governo golpista. A única saída positiva para o Brasil está em entregar, o quanto antes, **a palavra ao povo: Fora Temer! Eleições Diretas e Assembleia Constituinte**, para anular todos os atos antinacionais e antipopulares deste governo ilegítimo.

Registramos com grande preocupação, no contexto do golpe, a crescente violência que atinge os e as jornalistas das mais variadas formas. O principal agressor é a Polícia Militar, cuja ação repressiva contra os movimentos sociais se estende aos jornalistas em pleno exercício profissional de testemunhar e registrar os fatos. Em nosso estado, as vítimas se contam às dezenas. Recentemente, exigimos do governador Alckmin que a PM cesse sua hostilidade e respeite a liberdade de imprensa.

Mas a escalada contra a categoria não para por aí. Há uma multiplicação de episódios de intimidação de jornalistas nas redes sociais, promovidas sobretudo por autoridades descontentes com reportagens a seu respeito, que tem de ser veementemente repudiada e combatida. Defendemos de forma enfática o sigilo de fonte, direito constitucional que está na base do exercício profissional, e que foi desrespeitado diversas vezes nos últimos meses por um Judiciário que atropela garantias e procedimentos democráticos.

Enfatizamos a importância do fortalecimento da comunicação pública, cujo grande exemplo é a criação da EBC, em 2007. Não é coincidência que, ao chegar ao Planalto, uma das primeiras preocupações de Temer foi aniquilar a autonomia da empresa, colocando-a totalmente sob o controle de seu gabinete. Destacamos ainda o papel da comunicação estatal para a cidadania, pois os jornalistas do serviço público cumprem função social relevante ao divulgarem as informações a respeito das atividades e serviços do Estado. Para eles, exigimos reconhecimento, registro adequado e respeito aos direitos profissionais.

Reafirmamos que, para o futuro democrático do Brasil, o papel de um jornalismo livre, forte, atuante e independente é fundamental. Isso se expressa sobretudo na defesa do e da jornalista, de sua profissão, de suas condições de trabalho. Chamamos a atenção da categoria, neste gravíssimo momento da vida nacional, para a importância do fortalecimento dos sindicatos e da Federação Nacional dos Jornalistas, como órgãos cuja função básica é a luta cotidiana e permanente em defesa da profissão. A sindicalização, o apoio político e material às entidades, é condição essencial para a defesa do presente e do futuro da profissão.

Mais do que nunca a nossa resistência, com unidade e luta, é fundamental para preservar direitos históricos. Em defesa intransigente dos jornalistas, do bom jornalismo e da democracia, ainda mais em tempos de golpe.

São Paulo, 6 de agosto de 2017

SUMÁRIO

Carta de São Paulo.....	2
Resoluções e Planos de Ação.....	5
Os jornalistas e a crise política.....	5
Os jornalistas, as reformas e os acordos coletivos.....	9
Tarefas relativas aos direitos trabalhistas no setor público.....	13
Jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação – EBC.....	14
Defesa do jornalismo nas Assessorias de Imprensa.....	15
Moções.....	18
Direção 2015-2018.....	22
Expediente.....	26

RESOLUÇÕES E PLANOS DE AÇÃO

OS JORNALISTAS E A CRISE POLÍTICA

1. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) tomou posição clara, desde o início de 2016, contra o Golpe de Estado em curso. Participou de manifestações democráticas, organizou atos em seu auditório, coletou mais de 2.000 assinaturas em manifesto de jornalistas. A posição tem como base a defesa da categoria: condena-se o golpe não só por seu caráter antidemocrático, contrário à soberania popular expressa no voto, mas também por seu conteúdo claramente antinacional e contrário aos direitos sociais e trabalhistas.

2. Nesta questão, o SJSP expressa uma posição de independência frente a partidos políticos ou a governos: da mesma forma que em 2015 somou-se às mobilizações contra o ajuste fiscal e as medidas do governo Dilma que restringiam direitos sociais e trabalhistas, opôs-se ao impeachment por entender que seu conteúdo era de ataque à democracia e aos direitos da maioria da população.

3. Para guiar seu rumo, o Sindicato tem a luta democrática em seu DNA. Marcou presença na mobilização para derrubar a ditadura militar, notadamente a partir de 1975, quando chamou a mais ampla unidade para esclarecer o assassinato sob tortura do jornalista Vladimir Herzog. Não se calou frente ao arbítrio, integrou os movimentos pela anistia e pelas Diretas Já, da mesma forma que compôs com o sindicalismo autêntico que se organizou independentemente do Estado e dos patrões, formando a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

4. Esta bagagem histórica deu segurança para a atuação da entidade frente ao Golpe de 2016. Passado um ano, o governo ilegítimo de Michel Temer vem aplicando um programa que jamais seria apresentado a uma eleição popular: desmonte da Previdência Pública, aprovação da PEC do Teto, cortando os investimentos sociais, ataque ao arcabouço de direitos trabalhistas constituídos por décadas, terceirização ilimitada. É um governo de guerra contra os trabalhadores.

5. No centro de nossa atuação, está a resistência ao desmonte dos direitos trabalhistas e da aposentadoria, bem como à disseminação das privatizações e da terceirização (ver o outro texto). Os jornalistas já conhecem boa parte dessas medidas na forma da precarização, e sabem que, com a aprovação de tais medidas, a situação dos assalariados vai piorar ainda mais. Por isso, a entidade apoiou ativamente, procurando nelas engajar os jornalistas, as manifestações de 15 e 31 de março e as greves gerais de 28 de abril e 30 de junho.

6. As duas greves gerais envolveram expressivos setores de trabalhadores, mostrando o profundo repúdio aos ataques em curso e a resistência contra o golpismo. Mais do que uma questão econômica ou trabalhista, a amplitude do movimento em curso coloca problemas políticos de grande envergadura, como o fim do governo ilegítimo de Temer, a realização de eleições diretas já e a eleição democrática de uma Assembleia Constituinte, com a qual o povo brasileiro possa recuperar o comando sobre os destinos do país, anulando as medidas ilegítimas tomadas pela maioria deste Congresso Nacional e este governo, e avançando na consolidação da democracia.

7. Para os jornalistas, o autoritarismo institucional em curso tem causado sérios danos à liberdade de imprensa e de exercício profissional. A violência constante da Polícia Militar (instituição herdada da ditadura) contra os movimentos sociais e sindicais – e também contra os jornalistas – agravou-se desde 2013 e tem vitimado diversos profissionais. O SJSP desenvolveu ações buscando enfrentar o problema – reuniões, mobilizações e protestos, plantões e apoio direto às vítimas, idas ao Ministério Público e ao governo do Estado. É preciso reforçá-las, com ênfase na organização da categoria para barrar a violência.

8. Outro aspecto do atual cenário é o chamado “ativismo” do Judiciário, com diversos exemplos de desrespeito aos direitos democráticos de defesa e de presunção de inocência. Entre as possibilidades para prosseguir a atual política regressiva imposta pelo governo Temer, setores do Judiciário que tomam parte ativa no golpe buscam interferir na próxima disputa eleitoral, fechando alternativas de interesse da maioria da população – o que afetaria a legitimidade do pleito. Um exemplo foi a condenação sem provas do ex-presidente Lula em primeira instância, e não parece coincidência que ocorreu no dia seguinte à aprovação da reforma trabalhista.

Uma questão que nos preocupa particularmente é a multiplicação de casos de violação de sigilo de fonte, garantia democrática básica para o exercício da profissão – e que está inscrita na Constituição.

9. Além de apoiar diretamente os jornalistas atingidos por essa violência, em conjunto com a Fenaj, o Sindicato deve denunciar os casos de violação de sigilo e se dirigir amplamente à sociedade para esclarecer a importância da questão e confrontar os responsáveis, visando coibir a arbitrariedade e proteger a prática profissional.

10. O atual momento exige da categoria a defesa e o fortalecimento do Sindicato. Os ataques do governo golpista, do Legislativo (reforma trabalhista, terceirização) e do Judiciário (fim da ultratividade das Convenções Coletivas) às garantias e direitos trabalhistas – tendo como alvo também as entidades sindicais – pedem uma resposta clara: ou os sindicatos se reforçam e as categorias avançam em sua organização, ou a precarização vai se aprofundar ainda mais, comprometendo a renda e as condições de vida dos assalariados. É essencial para o futuro de nossa profissão a sindicalização em massa dos jornalistas, pois o Sindicato é a principal ferramenta em sua defesa.

Assim, o 15º Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo decide:

- a) Tomar posição por nenhuma negociação com esse governo, reforçando a posição também adotada pela CUT de “Fora Temer”, nenhum direito a menos, indicando que qualquer solução positiva pelo país passa por dar a palavra ao povo brasileiro e restituir a democracia, com Diretas Já e uma Constituinte Soberana;
- b) Defender a revogação da Reforma Trabalhista, encaminhada pelo ilegítimo governo Temer, e aprovada por um Congresso Nacional que se assemelha a um balcão de negócios, no qual os direitos dos trabalhadores não têm valor;
- c) Colocar no centro no próximo período a mobilização para barrar a Reforma da Previdência, em defesa da aposentadoria pública e digna para todos. Para isso, o SJSP soma-se ao calendário de manifestações e à preparação de uma próxima Greve Geral, acompanhando as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, considerando fundamental defender a unidade de todo o movimento sindical neste caminho, mas sem fazer da concordância de todos pré-condição para deflagrar o movimento. O Sindicato participa com material específico da entidade dirigido à categoria;
- d) Repudiar a violência de todo tipo que está atingindo a atividade jornalística e os profissionais do jornalismo. No cenário do golpe, ampliaram-se os casos de violência da Polícia Militar contra os jornalistas, particularmente no Estado de São Paulo. Há também casos inaceitáveis de violação do sigilo de fonte (com origem em decisões abusivas do Judiciário). Recentemente, houve vários casos de intimidação e perseguição a jornalistas autores de reportagens que contrariaram setores governamentais, em clara atitude de cerceamento à liberdade de imprensa, realizada sob a indiferença das empresas de comunicação. Diante desse cenário, é preciso realizar esse debate de maneira ampla para conquistar a sociedade para a defesa do jornalismo e, conseqüentemente, do jornalista;
- e) Reafirmar, mais do que nunca, a importância da defesa e do fortalecimento da Comunicação Pública, como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a Rádio e TV Cultura de São Paulo;
- f) Ressaltar a relevância da comunicação estatal, como a Imprensa Oficial, para a democracia e a cidadania, com a defesa do registro da função do jornalista no serviço público – com plano de carreira, de cargos e salários, respeito à jornada e valorização da atividade jornalística.

PLANO DE AÇÃO SINDICAL

- a) Formar uma Comissão de Mobilização permanente para o combate ao golpe;
- b) O Sindicato deve retomar o seu protagonismo como polo aglutinador de debates e espaços de elaboração sobre o jornalismo, o cenário político e suas implicações, adotando um calendário na capital e nas regionais que inclua:

- Intimidação e perseguição aos jornalistas: como enfrentar?; - Atualidade da Constituinte: crise institucional, “reformas” de Temer, sigilo de fonte, direitos trabalhistas, polícia militarizada; - Lava-Jato: apuração jornalística ou manipulação pelas fontes?; - verbas publicitárias: uso de conteúdo jornalístico e hegemonia de Google e Facebook; - Direito de consciência: utopia ou liberdade de imprensa?; - Função social do jornalismo X interesses das empresas de comunicação; - Futuro da profissão no novo cenário de circulação da informação; - Assessoria de imprensa: como enfrentar o não reconhecimento do trabalho jornalístico?; - Reforma trabalhista; - Jornada de trabalho: controle coletivo, escala de fim de semana, plantões, direito trabalhista; - 100 anos da Revolução Russa; - Caminhos da comunicação: o jornalista autônomo, o social media e os midiativistas; - Assédio moral e sexual na profissão do jornalista: como combater?; - Ética jornalística na nova realidade da profissão.

c) Organizar uma campanha contra a intimidação, a violência e a censura aos jornalistas, em suas várias dimensões: - violência policial (agressão direta em manifestações, casos em que a PM leva jornalista coercitivamente como “testemunha”, casos em que destrói o equipamento de trabalho ou apaga o material gravado); - ataque ao sigilo de fonte; - intimidação e perseguição por parte de autoridades e de grupos em redes sociais. O Sindicato deve protagonizar a organização de um coletivo de entidades para o combate permanente à violência contra o jornalismo.

d) Cobrar do Governo do Estado o compromisso assumido na reunião com o presidente e ex-presidentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo de que sejam respeitadas as orientações do Protocolo do Ministério Público Estadual dirigido à PM paulista.

e) Nos somarmos ao movimento pela desmilitarização das polícias e pelo fim do terrorismo de Estado.

f) Incentivar a criação de uma rede ou canal de cidadania ou central de mídia para coberturas colaborativas e compartilhamento coletivo de conteúdo impresso, vídeo, foto, material digital de jornalistas que atuam em assessoria de imprensa dos sindicatos, como forma de se contrapor à mídia hegemônica e de socializar informações de interesse social.

OS JORNALISTAS, AS REFORMAS E OS ACORDOS COLETIVOS

1. As empresas de Comunicação repetem, há meses, em uníssono: a prioridade no país é aprovar as reformas trabalhista e da Previdência Social. Mesmo na nova fase aberta da crise política, com a falta de legitimidade do governo Temer escancarada, a principal preocupação dos patrões é que agudíssima questão da continuidade do governo não impeça a agenda das chamadas “reformas” no Congresso Nacional, que tratam como “o caminho para o Brasil sair da crise”.

2. O discurso que pressiona pela quebra da CLT é coerente com a decisão das empresas, desde 2015, de rebaixar os salários dos jornalistas (perda de 5,75% para rádio e TV de dezembro de 2015 a 2017; 1,61% para jornais e revistas em 2016). São as mesmas empresas que precarizam a profissão, praticam o pejotismo e o frila-fixo, não querem pagar horas-extras, nem aceitam discutir, nas negociações, novas garantias sociais para os jornalistas. Nacionalmente, o ano de 2016 se completou sem que nenhum setor de jornalistas tenha evitado perdas salariais. É lógico que as empresas tenham interesse nos projetos que retiram direitos – ou seja, que reduzem o “custo do trabalho”.

3. Contrariando a vontade da maioria do povo brasileiro, o Congresso Nacional aprovou em julho a “reforma” trabalhista, retirando direitos históricos, abrindo o caminho para derrubar outros e dificultando que o trabalhador recorra à Justiça Trabalhista.

A aprovação da reforma trabalhista é um fator de pressão contra os trabalhadores nas campanhas salariais, pois facilita o caminho para as empresas reduzirem salários e direitos. Apresentada por Temer e piorada pelas emendas no Congresso (1/3 delas formuladas integralmente por associações patronais), a reforma trabalhista, traz imensos prejuízos aos jornalistas profissionais: abre o campo para bancos de horas e jornada de 12 horas X 36 horas, ambos por acordo individual; desregulamentação da jornada no teletrabalho ou home office, sem acordo com o Sindicato; a implantação do trabalho intermitente; e a possibilidade de terceirização na atividade-fim, entre muitas outras “inovações” que lesam os trabalhadores.

Os jornalistas de São Paulo exigem a revogação da reforma trabalhista, e se somam ao movimento que organiza, no segundo semestre, novas mobilizações contra o desmonte da CLT e contra a Reforma Trabalhista, inclusive com a preparação de nova Greve Geral.

4. A reforma abre principalmente a possibilidade de que aumente a pressão das empresas para que as Convenções Coletivas de Trabalho estabeleçam condições inferiores às definidas na CLT, sem a necessidade de qualquer contrapartida. Soma-se a isso o dispositivo que derrubou a prorrogação dos efeitos das Convenções e dos Acordos vencidos enquanto não forem renovados (a ultratividade, suspensa por decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF), e as limitações para que os trabalhadores busquem seus direitos sonegados por meio da Justiça do Trabalho. Além disso, os jornalistas foram duramente

atingidos por demissões, com a diminuição das redações e a redução dos empregos nas empresas de comunicação – criando um grave quadro de desemprego na categoria. Juntas, todas essas condições apontam para campanhas salariais ainda mais duras do que as que enfrentamos nos últimos anos, além da desregulamentação da jornada sem necessidade de acordo com o Sindicato.

Entendendo que esta reforma vai causar impacto em nossas campanhas salariais, é preciso discutir a fundo cada mudança introduzida e se preparar para enfrentar possíveis tentativas das empresas de retirar direitos nas Convenções e Acordos Coletivos. Nas negociações, exigimos a manutenção das atuais cláusulas como parâmetro; ao mesmo tempo em que, caso as empresas avancem na linha da terceirização, vamos lutar para representar os eventuais terceirizados e incluí-los em nossos acordos e convenções. Por isso, iniciaremos uma jornada de discussões sobre o assunto, com organização de seminário no Sindicato, com edição de material especial, vídeos e outros materiais que forem necessários para armar a categoria.

5. A proposta do governo federal para a Previdência atinge duplamente os jornalistas. Na década de 1990, a categoria já perdeu seu regime especial, que previa a aposentadoria com 25 anos de profissão para as jornalistas e 30 anos para os jornalistas. E, ainda pior, no dia seguinte à queda da lei, a Previdência considerava como se o regime especial nunca tivesse existido, ou seja, jamais considerou o tempo trabalhado no regime diferenciado. Com a proposta agora apresentada, estende-se ainda mais o tempo de trabalho para a profissão, e ainda mais (relativamente) para as jornalistas. Por mais contas que se faça, os defensores da proposta não conseguem esconder que o real objetivo da reforma é abrir aos bancos ainda mais o bilionário mercado da aposentadoria privada, com o qual as instituições bancárias ficam por décadas com o dinheiro de quem trabalha, sem que se tenha garantia completa de que o benefício será honrado no período final da vida.

6. Mas as grandes mobilizações de março e a Greve Geral de 28 de abril provaram a força da classe trabalhadora e ajudaram a criar a atual situação de crise aguda de poder, pois está claro que os ataques à legislação trabalhista e às aposentadorias são repudiados pela população. Para a classe trabalhadora, da qual os jornalistas fazem parte (como assalariados), só há uma saída: a mobilização, cuja prioridade zero é revogar a reforma Trabalhista e retirar a reforma da Previdência da pauta de votação no Congresso. Além disso, tem como objetivo mais amplo a derrota do governo ilegítimo que tenta aprová-las, e a revogação das medidas antipopulares adotadas até agora.

7. Os jornalistas não podem aceitar nenhum direito a menos nem em suas Convenções Coletivas, nem na CLT. Nesta situação, os jornalistas de São Paulo decidem:

a) Intensificar a sua organização e mobilização para resistir às tentativas das empresas de reduzir os ganhos gerais da categoria e rebaixar o poder de compra dos salários e os pisos salariais, com a realização de assembleias nas redações, manifestações da categoria e outros meios para mostrar aos empresários que não se aceita o achatamento de salários;

- b) Priorizar a defesa do sindicato, a necessidade de garantir a sua sustentação e existência, pois os golpistas querem justamente enfraquecer a organização da classe trabalhadora. Para isso, o Sindicato deve tomar medidas para aumentar a sindicalização da categoria, para combater a tentativa de enfraquecer a organização sindical e para facilitar os ataques à classe trabalhadora;
- c) Organizar palestras e debates no Sindicato (sede e regionais) sobre os direitos trabalhistas dos jornalistas, os impactos das mudanças em curso e formas de ação sindical para defendê-los;
- d) Apoiar e participar das mobilizações nacionais organizadas pela CUT e pelas demais centrais, em especial uma possível próxima Greve Geral.
- e) Juntar-se a todos os espaços da CUT, da Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo e demais movimentos sociais para denunciar, combater e conseguir a revogação da Lei 13.467, bem como todas as medidas ilegítimas implantadas pelo governo Temer.
- f) Colocar-se contra o fornecimento gratuito de material jornalístico produzido pelas empresas de comunicação pública para empresas privadas e meios de comunicação com fins lucrativos.
- g) Atuar com firmeza em defesa do vínculo empregatício para o jornalista, combatendo a precarização na forma da pejetização e do chamado "frila-fixo" – verdadeiras fraudes às relações de trabalho –, com a exigência de contratação para os profissionais.

PLANO DE AÇÃO SINDICAL

- a) Deflagrar uma campanha dirigida à categoria de esclarecimento sobre a Reforma Trabalhista, dando base à luta pela revogação da reforma. Explicar também a questão da sustentação financeira do Sindicato (imposto sindical, assistencial, mensalidade). Preparar material didático sobre o tema, com textos, vídeos, memes etc.
- b) Realizar um seminário aberto à categoria de análise e debate da Reforma Trabalhista, suas consequências nas condições de trabalho dos jornalistas e seu impacto nas Convenções Coletivas, com possíveis mudanças a serem introduzidas nas pautas de reivindicação da categoria. Neste seminário, vamos levantar quais novas cláusulas devem ser inseridas nas pautas de negociação para se contrapor aos efeitos da nova legislação. Prazo: segunda quinzena de setembro;
- c) Antecipar ao máximo possível o início das campanhas salariais. Próximas campanhas: Rádio e TV Cultura (1º/9), EBC (1º/11) e Rádio e TV (1º/12). Iniciar imediatamente a RTV Cultura, e ainda em agosto as outras duas. Trabalhar para reestabelecer a Convenção Coletiva com as assessorias de comunicação e para estabelecer com o setor de Internet;
- d) Buscar a unidade permanente para enfrentar as questões trabalhistas com os sindicatos que compartilham conosco a representação da base nas empresas de comunicação: Sindicatos dos Gráficos, Sindicato dos Radialistas, Sindicato dos Empregados em Administração, Sindicato dos Artistas, Sindicato dos Empregados em Internet etc. Trabalhar pela estruturação do Ramo de Comunicação na CUT;

e) Destacar o combate ao assédio moral. Num cenário de golpe parlamentar, midiático e judicial e de polarização política, agrava-se a perseguição ao pensamento crítico e independente dentro da mídia, e os jornalistas são alvo de ataques tanto fora como dentro das redações, somado a um quadro de redução de profissionais e de desrespeito geral aos direitos trabalhistas – como a jornada de trabalho –, no qual cresce a pressão nas redações, na forma de violento assédio moral, tanto por razões econômicas como políticas. Buscamos incluir formas mais eficazes de combate ao assédio moral (e também sexual) nas Convenções Coletivas de trabalho, entre elas a cláusula de consciência;

f) O Sindicato deve desenvolver uma ação permanente dirigida aos estudantes de jornalismo, com a ida às faculdades, realização de palestras ou debates sobre a profissão e as relações de trabalho, e com uma comunicação dirigida aos estudantes (com convites para os debates e atividades sindicais), ampliando também a pré-sindicalização;

g) O quadro de precarização da profissão inclui a perda do diploma específico de jornalismo para o acesso à profissão. Nosso Sindicato reitera seu apoio à PEC que restabelece a exigência de curso superior específico para a obtenção do registro profissional no Ministério do Trabalho. Decide ainda aprofundar o debate sobre a criação do Conselho Federal de Jornalistas para se contrapor ao desmonte sofrido pela categoria.

h) Intensificar a luta pela regulamentação com base no diploma, com indicação de ação junto aos candidatos à eleição para deputado no próximo ano. Também buscar apoio de entidades e universidades que defendem a obrigatoriedade do diploma. Além disso, fazer a discussão junto a entidades do setor sobre o conteúdo pedagógico dos cursos de jornalismo;

i) Reabrir a discussão sobre o tema “estágio”, tendo em vista, inclusive, o quadro de deterioração das relações de trabalho. Aproximar o sindicato das faculdades para discutir o papel do estágio obrigatório, levando em conta os marcos legais existentes, as diretrizes curriculares, a Lei do Estágio, a Lei de Regulamentação da Profissão e as normatizações da Fenaj e da ABEJ;

j) O Sindicato deve intensificar a Campanha de Sindicalização, tendo como eixo a necessidade da defesa dos direitos trabalhistas da categoria e a manutenção de suas condições de trabalho e de vida. Ressalta-se também a importância da entidade como forma de participação coletiva dos jornalistas na vida política e social do Brasil, sempre na linha de defesa da democracia e da melhoria das condições de vida da grande maioria trabalhadora do país. Para reforçar a sindicalização, destaca-se também a necessidade de melhorar os sistemas de cobrança de mensalidade, de diversificar as atividades culturais do Sindicato, de desenvolver as atividades em todo o Estado e de ampliar os convênios em benefício dos associados.

i) O Congresso decide que o SJSP deverá preparar um estudo sobre o impacto orçamentário do modelo de mensalidade percentual sobre o salário para ser apresentado e debatido na assembleia de dezembro, que aprovará o orçamento de 2018.

TAREFAS RELATIVAS AOS DIREITOS TRABALHISTAS NO SETOR PÚBLICO

1. O Sindicato deve atuar em relação à exigência de que o profissional que exerça função jornalística seja contratado como tal e também deve haver a exigência do registro profissional.
2. No setor público, em especial entre os estatutários, muitas vezes é ignorada a jornada especial de 5 horas diárias, garantida na legislação nacional que regulamenta a profissão (Decreto Nº 83.284 de 1979).
3. O sindicato tem como tarefa empreender esforços para garantir a jornada especial, via negociação onde for possível, além de estudar a viabilidade jurídica para buscar a via judicial onde não for possível negociar. É preciso debater junto à categoria como organizar este combate, já que são centenas de assessorias e órgãos públicos em cada Poder pelo Estado.
4. Em diferentes situações, é negado aos jornalistas do setor público o direito à negociação coletiva e ao estabelecimento de acordos coletivos. É outro combate a comprar, para garantir direitos específicos e o reajuste salarial (tome-se o exemplo da TV Cultura, na qual o Estado se nega a negociar reajuste salarial há anos).
5. Nos lugares onde a categoria se confunde com os demais servidores municipais, é o caso de avaliar junto aos jornalistas qual via pode garantir as melhores condições de trabalho.
6. Também é pauta para os jornalistas deste setor a conquista de Planos de Cargos e Carreiras, que em vários órgãos públicos inexistem, ou não englobam os jornalistas.
7. Dar sequência ao trabalho que já é realizado pelo SJSP questionar os concursos públicos que não respeitem a legislação vigente em relação à nossa profissão.

JORNALISTAS DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC

1. Na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), os ataques aos jornalistas se intensificaram nos últimos meses, principalmente depois da Medida Provisória 744/2016, que, entre as mudanças na empresa, acabou com o mandato de 4 anos do diretor-presidente da empresa e também extinguiu a figura do Conselho Curador, que tinha participação da sociedade civil. Ambos os mecanismos contribuíam para a função pública da empresa, e ajudavam a garantir maior independência editorial, em relação ao governo. A criação da EBC se apoia no dispositivo constitucional (art. 22) que visa garantir a complementaridade entre os sistemas público, estatal e privado.
2. Com a mudança na lei, o diretor presidente da EBC pode ser demitido a qualquer momento pelo Presidente da República, caso sua gestão não agrade o governo. E sem o Conselho Curador, a sociedade civil organizada tem menos participação nos rumos da comunicação pública, tornando-a menos plural e menos democrática.
3. O resultado tem sido um jornalismo cada vez mais institucional, e casos de censura e assédio vêm crescendo nos últimos meses. Somados a isso, vemos um processo geral de desmonte da EBC, com menos investimentos, e condições trabalhistas ainda não atendidas, como o Plano de Carreiras e Remunerações, que segue sendo uma das principais pautas dos trabalhadores.
4. Os jornalistas decidem construir uma campanha, e convidam os movimentos sociais que se pautam pela necessidade de democratização da comunicação, pelo reestabelecimento do Conselho Curador da EBC, como medida que possa reintroduzir o caráter público da empresa e para combater a censura imposta pelo Executivo.

DEFESA DO JORNALISMO NAS ASSESSORIAS DE IMPRENSA

1. A tese apresentada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) ao Congresso da Fenaj, em 2011, afirmava: “Podemos dizer, sem medo de errar que, hoje, a assessoria de comunicação representa, sem dúvida, cerca de 60% dos profissionais que atuam no mercado brasileiro. Com o aquecimento da economia nos últimos anos, as empresas entenderam a importância e a necessidade de contratar jornalistas assessores, para poderem ter um retorno e uma imagem melhor perante o seu público alvo e, porque não, também na opinião pública.”
2. Desde então, porém, houve uma profunda alteração do cenário do jornalista assessor de imprensa em relação à contratação e à valorização profissional. Algumas das grandes agências, inclusive, associaram-se a investidores estrangeiros e passaram a adotar procedimentos com base no mercado globalizado. Neste período, a precarização tornou-se uma realidade geral neste segmento, e as empresas de comunicação a todo tempo tentam burlar as leis trabalhistas e dizer que não é necessário contratar jornalistas para exercer as funções de assessor de imprensa. Os resultados no segmento são profissionais com cargas horárias desumanas, salários abaixo do piso e muita terceirização.
3. Além disso, do ponto de vista sindical, as empresas vêm se negando a renovar a Convenção Coletiva nos últimos quatro anos, pois o Sinco (sindicato patronal) se recusa a negociar. A nossa última CCT é de 2012.
4. Nosso Congresso Estadual tem de sinalizar para uma discussão nacional a respeito dessa realidade, já que ela atinge o país inteiro. Um momento importante para isso será o próximo Encontro Nacional de Jornalistas de Assessoria de Imprensa (Enjai), que acontece de 7 a 9 de dezembro, em Vitória (ES).
5. O tema precisa dar conta também de debater a realidade das assessorias além do segmento privado, como as assessorias sindicais, e do setor público e do terceiro setor. Já existe a nomenclatura do “assessor de imprensa” no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) formulado pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) sob o número 2611-10 e é usado também para as empresas. Esta numeração identifica atividades atribuídas aos jornalistas, como diretor de redação, editor, repórter, revisor, produtor de texto e jornalista.
6. Com o crescimento das mídias independentes, cresce também a rede de comunicação sindical, para a produção da narrativa independente, que faz o contraponto da mídia tradicional. Isso aponta para o crescimento das assessorias de imprensa em Sindicatos e Centrais Sindicais, o que significa a profissionalização e a ampliação de mercado de trabalho. Esse cenário impõe ao SJSP a intensificação da ação sindical nesse segmento.
7. Como resultado da discussão, o 15º Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo decide:

- a) Propor uma campanha nacional aos sindicatos de outros Estados e à Fenaj, dirigida ao Sindicato Nacional das Empresas de Comunicação (Sinco) para estabelecer uma Convenção (nacional ou estadual) que garanta piso salarial, direitos econômicos e sociais e melhores condições de trabalho;
- b) Fortalecer o GT de Assessoria de Imprensa, criada no último Congresso da Fenaj, mas que até agora ainda não estabeleceu um trabalho prático;
- c) Fortalecer a Comissão Permanente e Aberta de Jornalistas em Assessoria de Imprensa (CPAJAI) do SJSP, com ações para ampliar seu quadro e atuação;
- d) Levantar informações atualizadas sobre a realidade das empresas de assessoria de imprensa e sobre os jornalistas que atuam na área (onde estão, quanto ganham);
- e) Realizar debates e/ou seminários em defesa da assessoria de imprensa como atividade jornalística;
- f) Estruturar uma atuação sindical em São Paulo com duas ações básicas: buscar negociação para estabelecer uma Convenção Coletiva e organizar o trabalho sindical nas principais empresas do setor, com vistas a exigir o registro em carteira da função jornalística;
- g) Denunciar e combater a precarização das relações de trabalho nas assessorias por meio da terceirização, pejetização e institucionalização dos frilas.
- h) Retomar a sub Comissão de Jornalistas que atuam em assessorias de imprensa e comunicação sindical com o objetivo de apontar propostas para a negociação dos acordos coletivos específicos para esse segmento
- i) Salientar que as diretrizes nacionais para a graduação em jornalismo firmadas pelo Ministério da Educação em 2013 definem a necessidade de “incluir na formação profissional as rotinas do trabalho do jornalista em assessoria em instituições de todos os tipos”. O documento contempla seis eixos de formação e inclui explicitamente a assessoria de imprensa no rol “de técnicas e metodologias do eixo de formação processual”.

PLANO DE AÇÃO SINDICAL

- a) Visita sindical às redações de assessoria de comunicação e sindicais para aproximar o Sindicato destes profissionais, como medida inicial para organizar as demais ações em defesa da profissão no setor;
- b) Em relação à falta de registro dos jornalistas nas empresas de comunicação, demandar fiscalização e levar o ao Ministério Público do Trabalho;

- c) Fazer acordo coletivo com as centrais sindicais e os sindicatos para regular as condições de trabalho dos jornalistas em assessorias sindicais;
- d) Promover uma plenária estadual de jornalistas em assessoria de imprensa sindical;
- e) Trazer no próprio Congresso novos membros para a Comissão de Assessoria de Imprensa;
- f) Realizar assembleia na primeira quinzena de novembro para eleger delegação paulista ao Enjai;
- g) Que os EEJAls sejam um espaço de luta pela manutenção da assessoria de imprensa como atividade jornalística;
- h) Estabelecer calendário de atividades em parceria com entidades de ensino de jornalismo, visando o debate sobre assessoria de imprensa como atividade jornalística;
- i) Abrir negociação com ONGs, movimentos sociais, centrais sindicais e sindicatos para garantir direitos dos jornalistas;
- j) Buscar diálogo e apoio na elaboração do campo científico sobre o enquadramento profissional e outros temas correlatos à assessoria de imprensa.

MOÇÕES

Repúdio à intimidação e à perseguição a jornalistas

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo tomou conhecimento, nas últimas semanas, de atitudes de intimidação e perseguição a jornalistas autores de reportagens que desagradaram autoridades, notadamente o prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB). Postagem pública do prefeito criticando os jornalistas foi a senha para perseguição a profissionais pelas redes sociais.

Registramos que, nas últimas semanas, ao menos jornalistas do G1, CBN e Folha de S. Paulo sofreram ataques em massa em seus perfis pessoais do Facebook, Instagram, Twitter e outros. Isso caracteriza tentativa de intimidação aos profissionais e ataque à liberdade de imprensa, o que merece o nosso firme repúdio e a nossa disposição de agir para impedir que tais ataques continuem.

Moção de repúdio à Editora Três

O 15º Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo manifesta seu repúdio à Editora 3 pelo desmonte ilegal de todas as relações formais de trabalho, bem como por sua postura ferrenhamente antissindical.

Há anos, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) luta contra a pejetização praticada em larga escala na editora e organiza os jornalistas para defenderem o vínculo empregatício. Quando começou a impor a pejetização, a editora pagava "salários" mensais, 13º, férias remuneradas, reajustes de remuneração pelas Convenções Coletivas, mimetizando as relações trabalhistas. Atualmente, já não tem compromisso com salários mensais, nem férias, nem 13º: é a precarização total das condições de trabalho dos jornalistas PJs, sem que o próprio Sindicato possa legalmente representá-los de forma coletiva.

Neste processo, a Editora 3 demitiu ilegalmente o diretor do Sindicato Alan Rodrigues, sob o pretexto de mentir em uma ação trabalhista a favor de uma jornalista que reclamava o vínculo empregatício. É uma escalada antissindical da editora para impedir a resistência à precarização total. Na Justiça, o Sindicato anulou a demissão e Alan foi reintegrado ao trabalho.

O SJSP não abdica de sua luta em defesa do vínculo para todos os jornalistas da IstoÉ e pelo respeito pleno à atividade e à organização sindical.

Moção contra o assédio

Os jornalistas do Estado de São Paulo têm realizado uma dura campanha contra o assédio moral e sexual. Não há dúvida, entre nós, da importância de combater essa questão, que é um dos principais problemas no exercício de nossa profissão.

Portanto, o 15º Congresso Estadual dos Jornalistas afirma que, coerentemente, não aceita qualquer tipo de assédio também no movimento sindical, e que nosso Sindicato não pode conviver com práticas como essas.

Em defesa do Ensino Público Superior

O 15º Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo manifesta preocupação e repudia o sucateamento do Ensino Público Superior, notadamente com o encerramento do ano letivo na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e com os cortes de bolsas do CNPq, que prejudicam pesquisas e trabalhos científicos em andamento.

Apoio à Universidade Metodista de Piracicaba

Os jornalistas de São Paulo apoiam a mobilização dos estudantes, professores e funcionários da Universidade Metodista de Piracicaba em defesa do respeito à autonomia universitária na instituição, do respeito aos direitos dos trabalhadores da universidade e da manutenção da sua política acadêmica, que consigna a cidadania como valor central.

Moção de repúdio à condenação de Rafael Braga

Os delegados presentes ao 15º Congresso dos Jornalistas do Estado de São Paulo vêm repudiar a prisão de Rafael Braga e pedir que a Justiça conceda o *habeas corpus* a ele.

Único preso nas manifestações de junho de 2013, detido por portar desinfetante, o ex-catador de latas Rafael Braga foi condenado, em abril deste ano, por crimes de tráfico de drogas e associação ao tráfico, com pena de 11 anos e três meses de reclusão e pagamento de R\$ 1.687,00.

Braga estava em regime aberto usando tornozeleira eletrônica, após ter sido acusado de porte de aparato incendiário ou explosivo ao levar dois frascos fechados de produtos de limpeza. Os policiais que o prenderam o acusam de portar 0,6 gramas de maconha, 9,3 gramas de cocaína e um rojão. Em seu depoimento na 22ª Delegacia da Polícia do Rio de Janeiro, Braga alegou que o material não lhe pertencia e que foi ameaçado pelos agentes para delatar traficantes quando foi abordado.

A prisão de Rafael Braga é mais uma faceta da política de encarceramento da população negra e pobre no Brasil.

Em consonância com a história da nossa categoria em defesa dos Direitos Humanos, defendemos a soltura do único preso político de junho de 2013.

Moção de repúdio à perseguição política

O 15º Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo manifesta seu repúdio à perseguição de caráter político a personalidades e lideranças da vida política nacional, a exemplo do ex-presidente Lula, José Dirceu, João Vaccari Neto, Antonio Palocci Filho. Tais fatos evidenciam o caráter partidário e ideológico da judicialização em curso da vida política nacional, consistindo em práticas incompatíveis com o Estado de Direito.

Defesa da soberania da Venezuela! Não à ingerência externa!

O 15º Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo expressa sua posição em defesa da soberania da Venezuela e contrária a qualquer ingerência externa na vida política do país, cuja ponta de lança é o governo dos Estados Unidos, dirigido por Donald Trump.

O povo venezuelano enfrenta, há anos, uma crescente pressão externa, que agora chega ao auge com o anúncio, pelo governo dos EUA, de sanções comerciais contra o país. O que está em jogo é, principalmente, o acesso e o controle sobre as grandes reservas de petróleo da Venezuela, as maiores do mundo, pelas grandes multinacionais de energia. As ameaças contra o país sul-americano crescem à medida que o governo venezuelano toma medidas para ampliar o controle estatal sobre a exploração do petróleo. A situação se agrava com a decisão do Mercosul, repercutindo a Casa Branca, de suspender a Venezuela do bloco.

Nosso princípio é a democracia, que nas relações internacionais se expressa, sobretudo, pelo respeito à autodeterminação dos povos. O povo venezuelano tem o direito a gerir o seu próprio destino, sem interferências externas. Os interesses das multinacionais e das grandes potências não devem prevalecer sobre o do povo da Venezuela.

Moção de apoio ao Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo

O 15º Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo manifesta seu apoio ao Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, Julio César Neves, por sua corajosa atuação na defesa da população de nosso Estado contra as arbitrariedades praticadas pela Polícia Militar.

E defende a manutenção da escolha do ouvidor por meio dos movimentos sociais, entidades de defesa dos direitos humanos e sindicatos. Retirar essa prerrogativa das organizações da sociedade civil é um retrocesso que em nada contribui para o avanço do marco civilizatório e do respeito aos direitos humanos em nosso Estado.

Moção de apoio “Aos Paulistanos de Boa Vontade”

Os presentes ao 15º Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo apoiam e subscrevem o documento “Aos Paulistanos de Boa Vontade”, entregue pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese Metropolitana do Estado de São Paulo à Assembleia Legislativa, manifestam a determinação de comparecer à audiência relativa à “investigação das mortes e maus-tratos de moradores de rua” e exigem respeito ao trabalho do ouvidor-geral, Dr. Júlio Cesar Neves.

**DIREÇÃO
GESTÃO 2015-2018**

Diretoria Executiva

Presidente

Paulo Leite Moraes Zocchi

Secretário Geral

André Luiz Cardoso Freire

Secretária de Finanças

Cândida Maria Rodrigues Vieira

Secretário do Interior e Litoral

José Eduardo de Souza

Secretária de Cultura e Comunicação

Lílian Mary Parise

Secretária de Relações Sindicais e Sociais

Clélia Cardim (Telé)

Secretária de Sindicalização

Ana Flávia Marques da Silva

Secretário Jurídico e de Assistência

Vitor Ribeiro

Secretária de Ação e Formação Sindical

Evany Conceição Francheschi Sessa

Conselho de Diretores

Alan Felisberto Rodrigues

Ana Maria Minadeo de Moura

Edvaldo Antonio de Almeida

José Augusto Camargo

Michele Barros

Priscila Chandretti Vicente Vaz

Ricardo Vital

Thiago Cianga Tanji

Vladimir Francisco de Miranda Filho

Diretores Regionais

ABCD

Peter Suzano Silva

Bauru

Sérgio Luis Pais de Oliveira

Campinas

Agildo Nogueira Júnior

Piracicaba

Martim Vieira Ferreira

Ribeirão Preto

José Francisco Pimenta

Santos

Glauco Ramos Braga

São José do Rio Preto

Sérgio Sampaio

Sorocaba

Fabiana Caraméz

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira

Fernanda Soares Andrade

Oeste Paulista

Tânia Brandão

Conselho Fiscal

Titulares

Flávio Carrança

James Membribes Rúbio

Rose Nogueira

Suplentes

Sylvio Micelli

Raul Antonio Varassin

Comissão de Registro e Fiscalização (Corfep)

Titulares

Alan Ricardo Covas
Douglas Amparo Mansur
Marlene Bergamo

Suplentes

Márcia Quintanilha
Solange Aparecida Melendez

Diretores de Base

ABCD

Carlos Eduardo Bazilevski
Érica Aragão Peixoto
Manoel Alves dos Santos
Roberto Parizotti
Vilma Amaro

Bauru

Ieda Cristina Borges
Joanna Brandão P. de Andrade
Luis Victorelli
Ricardo Epifânio de Santana

Campinas

Fernanda de Freitas
Manoel de Brito F. Neto
Marcos R. Alves

Oeste Paulista

Altino Oliveira Correia
Everton dos Santos
José dos Reais
Sérgio Borges

Piracicaba

Adriana Ferezim dos Santos
Patricia Moraes Sant'ana Amancio
Paulo Roberto Botão
Poliana Salla Ribeiro
Vanderlei Antonio Zampaulo

Ribeirão Preto

Antonio Claret Gouvea
Aureni Menezes
David Batista Radesca
Fábio Lopes
Nilton Pinat Júnior
Ronaldo Augusto Maguetas

Santos

Carlos Alberto Ratton
Denise Beatriz Neves
Diogo de Oliveira Caixote
Emerson Pereira Chaves
Eraldo José dos Santos
Luigi Bongiovanni
Reynaldo Salgado

São José do Rio Preto

Arnaldo de Freitas Vieira.
Harley Pacola
Igor Sorenti
Jocelito Paganelli
José Luis Lançonni

Sorocaba

Aparecida Vitalina Muniz
José Antonio Rosa
Riana Kelly Pires Martins

Vale do Paraíba

Bruna Briti Vieira Guimarães
Camões Ribeiro do Couto Filho
Nilton Cardim
Vanessa Gomes de Paula

Comissão de Ética

Antonio Funari Filho
Denise Fon
Fernando Jorge
Flávio Tiné
Franklin Valverde
João Luis Marques
Lúcio França
Rodrigo Sérvulo
Roland Marinho Sierra

EXPEDIENTE

Coordenação
Direção do SJSP

Elaboração e sistematização de textos
Secretarias do SJSP

Edição, revisão, projeto gráfico e diagramação
Secretaria de Comunicação e Cultura do SJSP

Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo – SJSP

Rua Rego Freitas nº 530 – Sobreloja – República

CEP 01220-010 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3217-6299

E-mail: jornalista@sjsp.org.br

www.sjsp.org.br

www.facebook.com/SindicatoJornalistasSP

www.twitter.com/JornalistasSP

